

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade**

**Período de Análise: 01/10/2014 a 31/10/2014**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Evento deve reunir cerca de mil pessoas para debater agroecologia em Brasília</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 06/10/2014 .....	4
<b>Editais fomentam agroecologia com foco na agricultura familiar</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 07/10/2014.....	4
<b>Governo Federal investe R\$ 1,3 milhão para o fortalecimento da agroecologia na Paraíba.</b> Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/10/2014.....	5
<b>Acre testa políticas de uso sustentável da floresta.</b> Andrea Vialli – Valor Econômico, Agronegócios. 09/10/2014 .....	6
<b>Desmatamento cai, mas uso da terra ainda preocupa.</b> Lauro Veiga Filho – Valor Econômico, Agronegócios. 09/10/2014 .....	8
<b>Iniciativa da Embrapa incentiva agricultura ecológica.</b> Lauro Veiga Filho – Valor Econômico, Agronegócios. 09/10/2014 .....	9
<b>Mapa divulga projetos na 3ª edição do Gestão Sustentável na Agricultura</b> – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 14/10/2014 .....	10
<b>Desenvolvimento Territorial é tema de plenária em Mato Grosso do Sul</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/10/2014.....	11
<b>Agroecologia é importante aliada para promover consumo de alimentos saudáveis</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 15/10/2014 .....	13
<b>Assentamento recebe assistência técnica da FETAG-PB e produz cerca de 3 mil quilos de alimentos orgânicos/mês.</b> Kátia Rodrigues – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 15/10/2014 .....	14
<b>Reunião avalia ações desenvolvidas por Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/10/2014....	15
<b>Cooperação técnica busca desenvolvimento para o campo</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/10/2014 .....	16
<b>Regularização ambiental e fundiária é tema de oficina na Amazônia.</b> Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 17/10/2014 .....	16
<b>Brasil Agroecológico completa um ano contribuindo para produção sustentável da agricultura familiar</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/10/2014.....	17
<b>Transição Agroecológica é acompanhada em assentamentos de Piratini (RS)</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/10/2014 .....	18
<b>Governo reforça desenvolvimento territorial com recursos e pesquisa.</b> Jalila Arabi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 20/10/2014 .....	19
<b>Criada em Minas Gerais reserva sustentável para comunidades de geraizeiros</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 21/10/2014.....	20

<b>Consea pede veto a proposta que flexibiliza agrotóxicos</b> – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 21/10/2014.....	22
<b>Governo Federal investe mais de R\$1 milhão para promover agroecologia em MT.</b> Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/10/2014.....	23
<b>Produção agroecológica no MT recebe financiamento do Ecoforte.</b> Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 23/10/2014 .....	23
<b>Quintais Sustentáveis beneficiam assentados gaúchos</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/10/2014.....	24
<b>Mais de 3,5 mil agricultores familiares vão receber orientação sobre produção agroecológica</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 23/10/2014	26
<b>Assentados inauguram mais uma feira agroecológica na Zona da Mata da Paraíba</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/10/2014	27
<b>Plantio de árvores nativas no Pantanal</b> – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 27/10/2014 .....	28
<b>Duas mil famílias de agricultores de SC recebem assistência com foco na sustentabilidade</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/10/2014 .....	28
<b>Governo vai investir R\$ 67 milhões no monitoramento da Amazônia.</b> Lucas Tolentino e Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 29/10/2014 .....	28
<b>Cadastro Ambiental Rural alcança 500 mil registros</b> – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 29/10/2014.....	30
<b>Instituto CNA firma parceria pela produção sustentável</b> – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 29/10/2014 .....	31
<b>Desenvolvimento territorial e autonomia feminina são temas de encontro em Minas</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 30/10/2014.....	31
<b>Instituições públicas recebem selos de sustentabilidade do MMA.</b> Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 30/10/2014 .....	33

## **Evento deve reunir cerca de mil pessoas para debater agroecologia em Brasília – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 06/10/2014**

Começa nesta terça-feira (7), o IV Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno que deve levar cerca de mil participantes ao Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. O evento, que segue até quinta-feira (9), reunirá agricultores familiares, estudantes, técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), pesquisadores e consumidores em geral.

Durante o encontro, representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vão apresentar as políticas públicas para a agricultura familiar e para o desenvolvimento da agroecologia, além de ampliar a discussão sobre o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

O evento, que está na quarta edição, cria um espaço de articulação, discussão e troca de experiências entre os diferentes segmentos que desenvolvem ações e tecnologias voltadas à agroecologia. A ideia é estimular o intercâmbio e a integração de saberes; difundir avanços e inovações; bem como promover a discussão de propostas para a agricultura familiar, com base na agroecologia e no panorama político atual e futuro.

### *Ater*

No Distrito Federal, 600 agricultores e agricultoras familiares agroecológicos ou em fase de transição para sistemas produtivos sustentáveis recebem serviços de assistência técnica, a partir das chamadas públicas elaboradas pelo MDA.

O atendimento da Ater tem como um de seus objetivos combinar a preservação dos recursos naturais (solo, água e floresta) e o uso de insumos de base ecológica que gerem qualidade, produtividade e estabilidade da produção, com crescimento econômico e conservação ambiental.

Também estão sendo investidos, a partir do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo, pelo MDA e outros ministérios, em parceria com o CNPq, o valor de R\$ 30 milhões para a construção do conhecimento agroecológico e disponibilização de tecnologias sustentáveis, aos Núcleos de Agroecologia de instituições de ensino. No Distrito Federal, o recurso ultrapassa R\$ 1,5 milhão.

### *Evento*

O Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno é promovido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater/DF), Universidade de Brasília e pelo Instituto Federal de Brasília (IFB).

---

## **Editais fomentam agroecologia com foco na agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 07/10/2014**

Incentivar projetos de inovação tecnológica para a construção e socialização de conhecimentos em agroecologia. Com esse objetivo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

e Tecnológico (CNPq), lançou dois editais que têm como público prioritário os agricultores familiares. O investimento em pesquisas e em estudos será de 6,6 milhões. As ações de inovação tecnológica e formação dos editais estão integradas ao Programa Nacional de Inovação e ao Programa Nacional de Formação de Agentes do MDA.

No valor de R\$ 2 milhões, o primeiro edital nº 38/2014 apoiará projetos de até R\$ 100 mil. O objetivo é fomentar a criação de núcleos de agroecologia em instituições de pesquisa em parceria com entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), apoiando projetos de inovação tecnológica e metodológica, voltados para construção e socialização de conhecimentos para a transição agroecológica.

Já o segundo edital nº 39/2014, no valor de R\$ 4,6 milhões, apoiará projetos de até R\$ 200 mil para Núcleos de Agroecologia (NEAs) e de até R\$ 600 mil para Redes de Núcleos de Agroecologias (R-NEA), junto a instituições de ensino superior. O objetivo deste edital é selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que integrem atividades de extensão, pesquisa, ensino e fomento a processos de inovação para a construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à agroecologia.

Os editais têm suas bases na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

#### *Parceria*

O MDA, por meio do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) da Secretaria de Agricultura Familiar, iniciou em 2004, em ação conjunta com o CNPq. O lançamento dos editais busca apoiar projetos de ensino, pesquisa e extensão junto a instituições públicas de ensino superior, de pesquisa e assistência técnica e extensão rural.

Esses projetos tiveram impactos na diversificação econômica, organização dos agricultores familiares e na soberania alimentar. Com resultados também na formação de estudantes e agentes de Ater em metodologias participativas e tecnologias baseadas nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável, de forma integrada com as políticas do MDA.

---

#### **Governo Federal investe R\$ 1,3 milhão para o fortalecimento da agroecologia na Paraíba. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/10/2014**

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Laudemir Müller, assinou nesta quarta-feira (8) a autorização de início do Projeto de Rede de Agroecologia na Borborema, em Lagoa Seca (PB). A ação prevê a aplicação de R\$ 1,3 milhão para ampliar a produção agroecológica e a renda de cerca de 950 famílias de agricultores de 14 municípios da região.

Na avaliação do ministro esse projeto é mais um avanço no modelo de produção da agricultura familiar. "O modelo de produção agroecológica é o melhor para a agricultura familiar e também para quem consome os produtos. Nós queremos alimentar a população brasileira, bem e com qualidade. Com produto orgânico, saudável, de forma

que gere renda e ao mesmo tempo ajude a organizar nossa agricultura familiar”, destacou.

Müller também visitou a Escola Família Agrícola que está em construção na zona rural do município de Lagoa Seca. Os recursos utilizados na construção da escola são da Ação de Apoio à Infraestrutura em Territórios Rurais (Proinf). Ao todo, o MDA disponibilizou R\$ 550 mil para a concretização do projeto que vai atender crianças e adolescentes filhos de agricultores e assentados da reforma agrária da região.

O novo cenário, presente hoje no semiárido, foi realçado pelo ministro. "O semiárido e o Brasil inteiro hoje tem uma cara diferente. É uma cara de quem não tem fome, de quem come bem, de quem melhorou de vida. Nós tivemos 36 milhões de brasileiros que saíram da miséria. Essa é a nova cara do nosso semiárido e do nosso Brasil", afirmou.

O Projeto de Rede de Agroecologia na Borborema será coordenado pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e está no edital Redes Ecoforte 2014/005, que apoia os projetos de práticas de manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade e de sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica. O programa compõe o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, o Brasil Agroecológico.

Coordenada pelo MDA e pela Secretaria-Geral da Presidência da República, a iniciativa destina R\$ 25 milhões para o desenvolvimento deste e de outros projetos, que visam contemplar todas as regiões brasileiras. O recurso é disponibilizado pela FBB e pelo Fundo Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os 14 municípios da região da Borborema são: Queimadas, Massaranduba, Lagoa Seca, Matinhas, Alagoa Nova, São Sebastião de Lagoa de Roça, Montadas, Areal, Esperança, Remígio, Algodão de Jandaíra, Arara, Casserengue e Solânea

---

### **Acre testa políticas de uso sustentável da floresta. Andrea Vialli – Valor Econômico, Agronegócios. 09/10/2014**

Fazer com que a floresta tenha mais valor em pé do que desmatada é o grande desafio de quem planeja o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Na prática, não é fácil romper com o ciclo predatório que começa com a grilagem de terras públicas e continua com o desmatamento e a ocupação por monoculturas ou gado.

Mas há boas notícias. Movido pelo legado do ex-líder seringueiro Chico Mendes, o Estado do Acre tem se tornado um laboratório para políticas públicas que fornecem incentivos para a manutenção da floresta, como o pagamento por serviços ambientais, subsídios para produtos amazônicos, como a borracha, o açaí e o pirarucu e a negociação, no mercado internacional, de créditos de carbono oriundos de programas de REDD (sigla em inglês para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal).

Segundo o conceito do REDD, que foi apresentado durante a Cúpula do Clima da ONU em Milão, em 2003, os países em desenvolvimento com florestas tropicais que conseguissem reduzir suas emissões de gases de efeito-estufa decorrentes do

desmatamento poderiam receber compensações financeiras correspondentes às emissões evitadas. Após ter elaborado um arcabouço legal ao longo da última década, o Acre firmou os primeiros contratos de venda de crédito de carbono em 2012, com o banco de desenvolvimento alemão KfW. No total, serão € 25 milhões em desembolsos ao longo de quatro anos, e os recursos começaram a ser pagos no ano passado. Hoje, esse dinheiro responde por uma parte do pagamento de subsídios aos seringueiros - uma forma de o Estado incentivar culturas tradicionais como a da borracha, que perdeu terreno, nos últimos anos, para a pecuária extensiva, com forte pressão sobre a floresta.

"Estamos fazendo a transição do modelo econômico tradicional de gado e monocultura na Amazônia para uma lógica que enxerga a floresta como produtiva e provedora de serviços ambientais, imprescindíveis para quem vive no campo e nas cidades", diz Alberto Tavares, diretor presidente da Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Acre (CDSA), empresa de natureza público-privada que administra os ativos ambientais do Estado.

O caminho, contudo, ainda é cheio de dificuldades. Embora tenha hoje 89% de seu território com cobertura florestal, sendo 49% resguardados em áreas protegidas por lei (como unidades de conservação, reservas extrativistas e terras indígenas), o Acre ainda sofre com a grilagem de terras e se esforça para intensificar as práticas de agricultura e pecuária na parcela de 13% do território que hoje é composto por terras já degradadas. A recente ampliação e o asfaltamento do trecho acreano da BR-364, que ligará a capital Rio Branco ao município de Cruzeiro do Sul, no extremo Norte do Estado, acendeu o sinal de alerta para o avanço sobre a floresta.

"Na Amazônia, quando se abre uma estrada, o desmatamento vem logo em seguida, e depois o gado. No Acre há ainda o agravante de que os movimentos sociais são pouco atuantes e os bancos não possuem políticas de crédito voltadas para o segmento agroflorestal", diz Ricardo Mello, coordenador adjunto do Programa Amazônia do WWF-Brasil.

A ONG, em um trabalho conjunto com o governo do Estado, tem apoiado várias cadeias produtivas sustentáveis na região, como o açaí e a borracha, e ajudado a trazer parceiros externos para financiar as iniciativas de proteção da floresta. Uma delas é com a rede de TV a cabo britânica Sky, que destinou R\$ 3,8 milhões, a maioria de doações de seus assinantes, para um programa no raio de influência da BR-364 que pretende proteger um bilhão de árvores.

Na prática, foi criado o projeto de certificação de propriedade sustentável que paga às famílias benefícios entre R\$ 500 e R\$ 600 por ano para que não desmatem suas propriedades, nem utilizem fogo nos roçados, ajudando a prevenir os incêndios florestais tão comuns na região. Até o ano passado, 1.239 famílias estavam inscritas no programa, que conta também com serviços de extensão rural e assistência técnica aos produtores, prestados pela Secretaria Estadual de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar do Acre (Seaprof).

Os agricultores da floresta, que utilizam suas terras para produzir itens de subsistência como mandioca, milho, feijão e frutas, aprendem técnicas como o uso da mucuna, uma leguminosa que fornece nutrientes e evita a degradação do solo. E são convencidos a

tirar proveito dos recursos naturais já disponíveis nas áreas em que vivem, como os açaizeiros, as seringueiras e os açudes coalhados de peixes amazônicos, como o pirarucu e o tambaqui.

"Nossa abordagem é para convencer os produtores de que podem tirar seu sustento não só dos roçados e do gado, mas também dos recursos que a floresta oferece. Ao mesmo tempo, eles se comprometem a recuperar nascentes e as áreas desmatadas", explica Edvilson Gomes, técnico da Seaprof no município de Feijó, a 350 km de Rio Branco. "As pessoas querem voltar para o seringal e tirar o látex, querem achar um comprador para o açaí e se orgulham de ter mata em suas terras", diz.

---

### **Desmatamento cai, mas uso da terra ainda preocupa. Lauro Veiga Filho – Valor Econômico, Agronegócios. 09/10/2014**

Ao longo de anos de maus tratos, a Amazônia Legal perdeu em torno de 900 mil quilômetros quadrados de florestas, correspondendo a aproximadamente 18,2% de sua área total, em torno de 5 milhões de km<sup>2</sup>, segundo estimativa do diretor do Departamento de Política para o Combate ao Desmatamento do Ministério de Meio Ambiente (DPCD/MMA), Francisco Oliveira.

A perda da cobertura natural vem influenciando o delicado equilíbrio ambiental na região, com reflexos sobre o clima no restante do país, aponta o renomado biólogo americano Philip Fearnside, pesquisador e coordenador de pesquisas em ecologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). "Entre outros serviços, a floresta recicla água, o que é crítico para as chuvas em São Paulo, inclusive; armazena carbono, evitando o agravamento do aquecimento global; e mantém a biodiversidade, que tem muitas utilidades econômicas, além de valores não econômicos", anota Fearnside.

Agraciado com o Prêmio Nobel da Paz em 2007, juntamente com a equipe do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Fearnside afirma que "a economia da região está quase toda baseada na destruição da floresta", menosprezando o fato de que o valor dos serviços prestados pela mata ao homem é muitas vezes maior do que "o retorno da destruição". Ele aponta o agronegócio como um dos principais "motores do desmatamento", que tem apresentado índices decrescentes num período mais recente, mas ainda avança principalmente sobre regiões no entorno da "área indígena Parakanã, ao lado de Tucuruí, e das barragens do Rio Madeira e de Belo Monte, na rodovia BR-163, na Terra do Meio, no Sul do Amazonas e em Roraima", diz ele.

Francisco Oliveira diz que o avanço dos sistemas de monitoramento por satélite, com o desenvolvimento do projeto TerraClass, executado em parceria pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), por meio de seu Centro Regional da Amazônia (CRA), Embrapa Amazônia Oriental e Embrapa Informática Agropecuária, tem assegurado uma leitura mais precisa da dinâmica do uso do solo na região, permitindo classificar as áreas desmatadas em categorias diversas, de acordo com o tipo de exploração ou ocorrência de vegetação.

O mapeamento, realizado em 2008 e 2010 e com sua terceira edição já em fase de auditoria dos dados, apurados ao longo de 2012, toma como base áreas desflorestadas já mapeadas pelo projeto Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite



(Prodes), e xpermitiu determinar, entre outras informações, que a agricultura anual ocupa uma área equivalente a 5% da região, concentrada em Mato Grosso. O trabalho mostra ainda a participação relevante da atividade pecuária no processo de destruição da floresta ao indicar que 66% das matas derrubadas foram substituídas por pastagens, "muitas vezes somente para a consolidação de grilagem de terras", observa Oliveira.

A comparação entre os dados coletados nos dois primeiros levantamentos, que trouxeram uma radiografia mais detalhada das áreas em processo de desmatamento, indica tendências que, de acordo com Oliveira, ainda vêm se mantendo e devem a ser confirmadas pelo mapeamento realizado em 2012. Entre 2008 e 2010, o TerraClass mostrou que uma fatia de 6,811 mil km<sup>2</sup> de pastagens degradadas na Amazônia Legal havia sido convertida para a exploração agrícola, dado o estímulo representado pela alta dos preços dos grãos no período, enquanto a área reservada ao plantio de culturas anuais avançou de 31 mil km<sup>2</sup> para 39,977 mil km<sup>2</sup>. No total, as áreas com vegetação secundária avançaram de 136 mil km<sup>2</sup> para 165,3 mil km<sup>2</sup>, dos quais 15,990 mil km<sup>2</sup> haviam sido desmatados para a implantação de pastagens.

Os dados do Prodes mostram uma queda nas taxas de derrubada da floresta, saindo de 27,772 mil km<sup>2</sup> em 2004, recorde na série levantada pelo MMA, para 4,571 mil km<sup>2</sup> em 2012, numa queda de 83,5%. Mas o ritmo se intensificou em 2013, atingindo 5,891 mil km<sup>2</sup>, num avanço de 28,9%. Os primeiros números de 2014, coletados até julho deste ano pelo Sistema de Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real (Deter), que ajuda a orientar a fiscalização, mas não tem a mesma precisão do Prodes, sugerem uma "estabilidade" na velocidade de derrubada da floresta. A expectativa de Oliveira é de que o desmatamento mantenha-se em torno de 5,9 mil km<sup>2</sup>.

---

### **Iniciativa da Embrapa incentiva agricultura ecológica. Lauro Veiga Filho – Valor Econômico, Agronegócios. 09/10/2014**

"A atividade agropecuária só representa uma ameaça ao meio ambiente quando conduzida de forma inadequada, ou seja, sem a utilização de boas práticas agrícolas e de tecnologias adequadas", comenta Luiz Marcelo Brum Rossi, chefe-geral da Embrapa Amazônia Ocidental.

A unidade vem conduzindo uma série de estudos, envolvendo a aplicação de sistemas de plantio direto de grãos, que reduzem o consumo de combustíveis fósseis (e, portanto, as emissões de gases que contribuem para o efeito estufa), promovem o aumento do conteúdo de matéria orgânica no solo, ampliando a oferta de nutrientes minerais para as plantas cultivadas, e trazem maior eficiência produtiva da atividade. A empresa toca ainda pesquisas voltadas para manejo florestal sustentável e o desenvolvimento de variedades de guaraná e cupuaçu resistentes a pragas e doenças e com produtividade mais elevada.

Além de trabalhos para melhoramento genético do dendê e do caiaué, para obtenção de material com elevado potencial para produção de óleo, Rossi acrescenta que a Embrapa Amazônia Ocidental desenvolve um programa de pesquisas de plantas medicinais, visando desenvolver fitoquímicos com propriedades anti-estresse, antibacterianas, imunostimulantes e antiparasitárias.

No Parque Fenológico, numa área de 400 hectares de floresta primária no município de Rio Preto da Eva (AM), a unidade realiza estudos florestais e ecológicos para gerar e divulgar informações sobre a dinâmica de crescimento e da produção da floresta por meio de monitoramento contínuo, num projeto que faz parte da Rede de Monitoramento da Dinâmica de Florestas na Amazônia (Redeflor), do MMA.

Segundo Rossi, os resultados mais recentes desse projeto mostram que, entre 2005 e 2010, a floresta não manejada esteve em equilíbrio com a natureza, quando se considera a dinâmica de emissão e sequestro de carbono. "Entretanto, quando se desconsidera o ingresso e a mortalidade, o comportamento da floresta muda; ela passa a ser sumidouro, sequestrando carbono da atmosfera".

Outro experimento desenvolvido no mesmo parque pela Embrapa mostra que há limites mesmo para o manejo controlado da mata. A área de floresta submetida a quatro níveis diferentes de exploração experimental em 1987, prossegue Rossi, apresentava, 23 anos depois, estoques de carbono idênticos aos verificados em 1986, "indicando a recuperação da floresta em termos de biomassa". Mas, pontua, a área não está pronta para ser manejada novamente, mesmo depois de mais de duas décadas desde a última experiência, "principalmente devido ao elevado número de espécies pioneiras ainda existentes na área manejada, em comparação com a área não manejada".

Ainda nesta área, a Embrapa Amazônia Ocidental desenvolve estudos ecológicos, analisando a influência das variáveis do solo sobre espécies arbóreas na floresta densa, que ajudarão a definir zonas de diversidade florestal, assim como limites e tamanhos para unidades de manejo. "A proposta trará grande contribuição para o desenvolvimento regional, cujos resultados poderão ser utilizados pelos órgãos de fiscalização e controle ambiental, pelo setor produtivo empresarial e de pequena escala, bem como pelo setor acadêmico para formação ou capacitação de recursos humanos nesta área", observa Rossi. Na agricultura familiar, a empresa investiga possibilidades de transferência de tecnologia a comunidades tradicionais ribeirinhas para a produção de peixes em sistemas mistos, prevendo-se o uso de áreas desmatadas e sua recuperação.

---

### **Mapa divulga projetos na 3ª edição do Gestão Sustentável na Agricultura – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 14/10/2014**

A Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (AGE/Mapa) divulgou nesta terça-feira (14) a seleção que define os dez relatos para a 3ª edição da publicação "Gestão Sustentável na Agricultura", classificados por meio de critério social, econômico e ambiental. A iniciativa do Mapa é um incentivo à produção agropecuária sustentável e à conservação ambiental para o desenvolvimento rural, mostrando as práticas bem sucedidas de gestão sustentável na agricultura pelas pequenas, médias e grandes organizações ligadas ao agronegócio brasileiro. O lançamento oficial do livro está previsto para fevereiro de 2015.

O chefe da AGE, Renato de Oliveira Brito, exalta a importância em se divulgar os programas desenvolvidos pelas organizações. "Eles vão além do cumprimento legal e do autobenefício, ou seja, os programas se pautam em iniciativas que geram adicionalidades e revertem benefícios múltiplos para a sociedade em geral, tanto sob

aspectos econômicos quanto sociais e ambientais. E isso faz a diferença para o desenvolvimento do nosso agronegócio”, afirmou.

“Tendo em vista o crescente interesse do setor agropecuário em participar da seleção de casos para a publicação que, nessa edição, obteve o número recorde de casos, foram definidos critérios objetivos referentes às dimensões social, econômica e ambiental da sustentabilidade, buscando-se iniciativas que vão além do cumprimento dos requisitos legais no setor, e constituindo atitudes inovadoras com impactos positivos sobre o seu público-alvo”, comentou o presidente da Comissão Organizadora, Gilberto Mascarenhas.

Entre os relatos selecionados estão Agricultura Sustentável no Oeste Paranaense: 11 anos de boas práticas; Café em Agroflorestas; Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS); Programa Água Brasil; Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro; Programa de Sustentabilidade (na cadeia de suínos); Projeto Mulheres do Campo: a força feminina em ação pelo desenvolvimento sustentável; Projeto Abelhas – as aliadas da natureza; Projeto Balde Cheio; e Unidades Multiplicadoras de Tecnologias Socioambientais (UMTS).

#### *Publicação*

O livro apresentará o resumo dos programas selecionados, abordando o motivo pelo qual o programa foi criado, quem é beneficiado, como funciona e quais os desafios para sua implementação. Além disso, abordará as perspectivas de futuro para o programa e como outras empresas ligadas à agricultura e aos produtores rurais podem iniciar um programa de sustentabilidade e inseri-lo em sua rotina de trabalho.

Serão impressos cinco mil exemplares da publicação com distribuição em embaixadas, organismos internacionais, cooperativas, sindicatos, institutos de ensino e pesquisa, Superintendências Federais de Agricultura dos estados, além das próprias organizações que contribuíram para a elaboração do livro. Em versão trilingue (português, inglês e espanhol), a ideia é que os programas apresentados sejam conhecidos internacionalmente.

---

#### **Desenvolvimento Territorial é tema de plenária em Mato Grosso do Sul – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/10/2014**

Começam hoje (14/10) em Mato Grosso do Sul as reuniões plenárias territoriais em que serão apresentadas e debatidas as ações do Governo Federal do Programa Territórios da Cidadania (PTC). O objetivo é planejar as diretrizes para 2015, definir estratégias de divulgação, acompanhamento e monitoramento das ações que integram o projeto.

As plenárias territoriais serão realizadas hoje no Território da Cidadania da Reforma (MS); na quarta-feira (15), no Território da Cidadania da Grande Dourados (MS); na quinta-feira (16), no Território da Cidadania do Cone Sul (MS) e, na sexta-feira(17), no Território da Cidadania do Vale do Ivinhema (MS).

O PTC é uma ação direcionada aos Territórios Rurais em piores condições de desenvolvimento, compreende 68 ações de 13 ministérios, entre eles o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A previsão de investimento é de R\$ 8,45 bilhões.

### *Estratégias*

No território da reforma, em Mato Grosso do Sul, as ações preveem investimentos de R\$ 33 milhões. Para o território da Grande Dourados, estão previstos R\$ 37 milhões; para o território Cone Sul, R\$ 21 milhões, e para o de Ivinhema, R\$ 25 milhões.

A identificação dessas ações é resultado dos debates territoriais realizados em 2013 e também da agenda de reivindicações dos movimentos sociais, apresentadas ao Governo Federal no primeiro semestre de 2014. O foco é a implementação de estratégias específicas para apoiar e qualificar a capacidade de gestão social dos Colegiados e tornar mais efetivas as políticas públicas de desenvolvimento rural.

Os Colegiados são as instâncias de gestão social dos territórios compostas por representantes de diferentes níveis de governo e da sociedade civil, em especial as ligadas à agricultura familiar. Participam das reuniões plenárias representantes da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), prefeitos e representantes da sociedade civil.

### *Território da reforma*

O território da reforma é composto por 11 municípios e a população é de mais de 230 mil habitantes. Destes, mais de 59 mil vivem na área rural, o que corresponde a 25% do total. A área tem 8,5 mil agricultores familiares, nove mil famílias assentadas, cinco comunidades quilombolas e seis terras indígenas. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio é de 0,75.

### *Território da Grande Dourados*

O Território da Grande Dourados é composto por 12 municípios e a população é de 352 mil habitantes, dos quais 54,5 mil vivem na área rural, o que corresponde a 15% do total. Possui 7,3 mil agricultores familiares, duas mil famílias assentadas, duas comunidades quilombolas e oito terras indígenas. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio é de 0,76.

### *Território Vale do Ivinhema*

O Território do Vale do Ivinhema é composto por 10 municípios e a população é de 143,8 mil habitantes, sendo 35,5 mil vivendo na área rural, o que corresponde a 24% do total. Possui 6,9 mil agricultores familiares, 4,8 mil famílias assentadas e uma terra indígena. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio é de 0,75.

### *Territórios da Cidadania*

Criado em 2008, é um programa baseado numa estratégia de fortalecimento da participação e gestão social como forma de incrementar a integração e a cooperação para desenvolver os territórios. A participação social tem o objetivo de democratizar a gestão das políticas públicas e aproximá-las do público.

O Territórios da Cidadania também tem a intenção de fortalecer a capacidade de auto-organização e crescimento dos atores, a partir do exercício da cidadania e dos seus direitos. Assim, eles participam de maneira ativa da definição dos rumos do desenvolvimento nos territórios em que vivem e da implementação das políticas setoriais específicas.

São ao todo 239 territórios rurais, sendo 74 aprovados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), em 2013, e 120 que pertencem ao programa Territórios da Cidadania.

---

**Agroecologia é importante aliada para promover consumo de alimentos saudáveis – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 15/10/2014**

*Programas incentivam práticas agroecológicas e reforçam importância da agricultura familiar na promoção da segurança alimentar e nutricional*

Brasília, 15 – O agricultor familiar Juã Pereira cultiva alface ao lado de frutas como manga e banana. Planta os eucaliptos perto das laranjeiras. Com a prática, ele quer reproduzir o ambiente da floresta. Formado em biologia, conheceu o sistema de produção agroflorestal durante um curso com o suíço Ernst Götsch, um dos pioneiros da agroecologia no Brasil.

“As plantas que convivem bem podem ser plantadas juntas. Isso reduz, por exemplo, o problema de pragas, pois é criado um pequeno ecossistema”, explica. Segundo ele, a madeira e as folhas trituradas, vindas das podas das árvores, são utilizadas para proteger o solo, que deve ficar coberto de material orgânico, como ocorre nas florestas.

Juã produz mais de 15 alimentos agroecológicos no sítio Semente, localizado no Lago Oeste – região rural do Distrito Federal. A produção média de 80 toneladas de alimentos por ano é vendida para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e para o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal (Papa/DF). Ele também comercializa os produtos em três feiras de Brasília.

As ações do agricultor mostram a importância da produção agroecológica para abastecer o mercado de orgânicos no país, que cresce 20% ao ano. Reforçam a necessidade de conscientizar a população sobre as questões da nutrição e alimentação saudável, um dos objetivos do Dia Mundial da Alimentação, celebrado nesta quinta-feira (16). Este ano, a data tem como tema “Alimentar o mundo, Cuidar do planeta”.

As práticas agroecológicas são incentivadas por uma série de ações do governo federal para garantir que alimentos de qualidade cheguem à mesa da população, explica o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos.

“Os alimentos agroecológicos são produzidos de forma responsável. Há preocupação em proteger a água, o solo e os produtores. São alimentos livres de contaminantes, agrotóxicos, insumos químicos e que possuem mais qualidade nutricional.”

Uma das ações para incentivar a produção desses alimentos é o Brasil Agroecológico, primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) elaborado no país.

A iniciativa permite que os produtores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais tenham acesso a treinamento, extensão rural e ampliação do acesso a mercados, além de crédito pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O Planapo é executado pelos 10 ministérios que formam a Comissão Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo). Ao MDS, cabe entregar, por exemplo, 60 mil cisternas e tecnologias de captação de água até 2015 para produtores agroecológicos e orgânicos, além de disponibilizar 5% dos recursos do PAA para a compra desses alimentos.

---

**Assentamento recebe assistência técnica da FETAG-PB e produz cerca de 3 mil quilos de alimentos orgânicos/mês. Kátia Rodrigues – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 15/10/2014**

Doze famílias do assentamento Jordivan Lucena, localizado no município de Salgadinho, seridó ocidental paraibano, estão produzindo cerca de 3 mil quilos de alimentos orgânicos por mês, entre verduras e legumes diversos, como: alface de vários tipos, tomate, cebola, pimentão, cebolinha, coentro, batata doce, cenoura, repolho, beterraba, jerimum, etc.

Eles recebem o acompanhamento técnico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba (Fetag-PB). Há aproximadamente dois anos, iniciaram o plantio e hoje comercializam sua produção para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), e o excedente aos mercados e feiras locais. Organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Salgadinho, o assentamento Jordivan Lucena é formado por 32 famílias, que convivem numa propriedade de 1.960 hectares.

Segundo o presidente do STTR de Salgadinho, José Victor, a expectativa é de que todas as famílias se envolvam no projeto, no entanto é preciso apoio das instituições responsáveis, como o Incra e Prefeitura municipal, que recebeu do Governo Federal máquinas do PAC, para esta finalidade.

“A propriedade tem terra fértil e potencial hídrico muito grande, são 3 açudes, 1 barragem e 18 poços, mas infelizmente apenas 4 estão funcionando. Com a utilização correta destas máquinas, poderíamos ampliar muito essa produção e gerar renda, não só para as famílias que lá estão, mas quem sabe, até para as comunidades vizinhas. O que eles conquistaram hoje, deve-se, única e exclusivamente, a força de vontade dos próprios trabalhadores e ao apoio da Fetag”, concluiu José Victor.

---

## **Reunião avalia ações desenvolvidas por Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/10/2014**

Acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas por dez Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedets) do estado do Pará e pactuar o cronograma de atividades para os próximos meses. Este é o objetivo da reunião que será realizada, nesta quinta (16) e sexta-feira (17), na Universidade Federal do Pará, em Belém.

Como parte da programação, Assessores Territoriais de Inclusão Produtiva (Atip) farão apresentações referentes aos seus respectivos territórios. Na oportunidade, eles abordarão propostas da estratégia da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) com os Nedets, tais como: ações desenvolvidas, avanços, dificuldades e as propostas das Mesas de Diálogo.

Na sequência do evento, Assessores Territoriais de Gestão Social (ATGS) vão esclarecer sobre o funcionamento dos Colegiados Territoriais e farão relatos sobre a agenda. Além disso, serão detalhados o processo e o estágio de institucionalização dos dois novos territórios do estado, as atividades e as ações desenvolvidas.

### *NEDETS*

Os Nedets são vinculados às Universidades e Institutos Federais e Estaduais e visam garantir apoio técnico, assessoramento e acompanhamento da atuação dos Colegiados Territoriais, por meio da aproximação da academia à implementação das políticas públicas via ações de extensão e pesquisa universitária.

Os núcleos são unidades administrativas para a produção de dados e informações, geração e difusão de conhecimentos, métodos e tecnologias sociais, monitoramento, avaliação e prestação de assessoria técnica aos colegiados territoriais.

Eles envolvem diversos aspectos dos processos de gestão social e de efetivação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social e econômico do território.

### *Atribuições dos ATGS*

Os Assessores Territoriais de Gestão Social, entre outras atividades, devem apropriar-se das informações disponibilizadas pela SDT/MDA, bem como assessorar o Colegiado/Núcleo Diretivo na organização e mobilização de seus membros para a Plenária Territorial de apresentação da Matriz 2014, monitorar as ações e a realização das atividades.

### *Atribuições dos ATIP*

Cabe aos Assessores Territoriais de Inclusão Produtiva dar suporte aos Colegiados Territoriais na qualificação de suas capacidades de gestão territorial de políticas públicas. Os Atip também devem gerar e sistematizar informações sobre a execução dos programas incluídos na Matriz Territorial de Gestão do Plano Safra, mobilizando os envolvidos nos Territórios. O objetivo é contribuir na resolução de questões pontuais identificadas na realização do trabalho de acompanhamento.

---

## **Cooperação técnica busca desenvolvimento para o campo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/10/2014**

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Laudemir Müller, apresenta, nesta segunda-feira (20), resultado de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com objetivo de apoiar projetos para instalação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedets) em territórios rurais e da cidadania em todas as regiões do Brasil. A cooperação, entre o ministério, a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o conselho, foi firmada no primeiro semestre deste ano.

Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial terão a atribuição de garantir apoio técnico, assessoramento e acompanhamento para a atuação dos Colegiados Territoriais (espaço de planejamento, gestão e controle social de políticas públicas), aproximando a academia à implementação das políticas públicas por meio de ações de extensão e pesquisa universitária.

O acordo estabelece, pelo período de dois anos, apoio institucional e operacional de universidades públicas e de institutos federais de educação tecnológica para a produção de dados, difusão de tecnologias voltadas à gestão social e monitoramento de ações para efetivação de políticas públicas como estratégia de desenvolvimento territorial.

Também participam do evento a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci; a secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), Andrea Butto; a Diretora de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR/MDA), Karla Hora; o presidente do CNPq, Glaucius Oliva; além de representantes dos Movimentos de Mulheres e da Rede Nacional de Colegiados Territoriais.

---

## **Regularização ambiental e fundiária é tema de oficina na Amazônia. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 17/10/2014**

*Acre, Amazonas e Rondônia recebem orientações sobre como proceder de forma integrada*

Encerrou-se nesta sexta-feira (10/10) a oficina Regularização Ambiental e Fundiária na Tríplice Fronteira entre Acre, Amazonas e Rondônia. O objetivo da oficina é apoiar a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADs) - todos instrumentos de regularização ambiental e fundiária.

Segundo o gerente de projetos do Departamento do Desenvolvimento Rural do MMA, Allan Milhomens, a iniciativa é inovadora do ponto de vista do CAR. “Pela primeira vez, atuaremos de forma orquestrada numa região prioritária tanto para os conflitos fundiários como para o combate ao desmatamento”, disse. Ao final, espera-se um aumento do percentual de CAR validados nos nove estados da Amazônia Legal e definição e consolidação de PRAs.

**MÓDULOS**



A oficina foi dividida entre a apresentação dos projetos de Regularização Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o programa Terra Legal, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em seguida, ocorreu um debate sobre as estratégias e os desafios para a implementação dos projetos.

Participaram da oficina GIZ-Cooperação Alemã, MMA, Incra, Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente dos três estados, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e organizações da sociedade civil. A oficina facilitará a cooperação entre esses órgãos, que poderão sistematizar e disponibilizar experiências anteriores bem sucedidas.

---

### **Brasil Agroecológico completa um ano contribuindo para produção sustentável da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/10/2014**

O Brasil Agroecológico completa um ano nesta sexta-feira (17), com motivos para comemorar. Mais de 130 mil famílias estão sendo atendidas pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica em todo o País. São agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, incluindo a juventude rural, associações e cooperativas, que têm adaptado a produção a sistemas agroecológicos ou orgânicos.

O Governo Federal prevê R\$ 8,8 bilhões em recursos para serem usados até 2015 na integração, articulação e adequação de políticas, programas e ações de transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica. O Plano busca contribuir para o desenvolvimento sustentável, possibilitando à população a melhoria da qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais.

O Plano é executado com base em quatro eixos de atuação: Produção; Uso e Conservação dos Recursos Naturais; Conhecimento e Comercialização e Consumo. Engloba 14 metas e 125 iniciativas.

Mais de 35 mil agricultores familiares já recebem Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), por meio das Chamadas Públicas de Ater em Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que serão executadas em três anos, no valor de R\$ 189 milhões, em 19 estados.

A Chamada de Ater Sustentabilidade já atendeu mais de 70 mil unidades familiares, com Ater para produção de sistemas sustentáveis de produção, com abordagem agroecológica, em todo País. Foram beneficiadas cerca de 26 mil famílias, do Acre e do Pará, que participam do Programa Bolsa Verde em Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais e Assentamentos Ambientalmente Diferenciados da Reforma Agrária.

As produções agroecológica e orgânica têm ganhado espaço no mercado institucional e beneficiado cada vez mais as mulheres rurais. E programas como o Ecoforte e o Pronaf asseguram crédito exclusivo para sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica.

---

## **Transição Agroecológica é acompanhada em assentamentos de Piratini (RS) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/10/2014**

A preocupação com a saúde e com a qualidade dos alimentos, a realização de uma feira municipal e a organização em grupo motivaram a escolha pela agroecologia em assentamentos de Piratini (RS). Para acompanhar e aprimorar esta experiência, a assistência técnica contratada pelo Incra/RS adotou o Marco para Avaliação de Sistemas de Manejo de Recursos Naturais Incorporando Indicadores de Sustentabilidade (Mesmis) – uma ferramenta metodológica que permite avaliar o grau de sustentabilidade de agroecossistemas, auxiliando na gestão das propriedades.

A iniciativa acontece no momento em que famílias assentadas, um ano após criarem a Associação de Produtores de Base Ecológica de Piratini (Aprobeco), buscam sua inscrição como Organização de Controle Social (OCS) junto ao Ministério da Agricultura (Mapa). Esta medida permitirá a inclusão no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, atestando a origem dos produtos comercializados diretamente ou para programas do governo, como PNAE e PAA.

### *Ferramenta*

O geógrafo da Emater, Anderson Fontoura, que acompanha o grupo, adotou o Mesmis após inteirar-se do método na Jornada Regional de Agroecologia, promovida pela Emater em parceria com a Embrapa em agosto deste ano. A ferramenta consiste em estabelecer indicadores nas áreas ambiental, social e econômica relacionados a atributos favoráveis e desfavoráveis à sustentabilidade do agroecossistema avaliado. Assim, em um primeiro momento, há um levantamento destes dados, seguido de sistematização e análise.

Em Piratini, Fontoura já está coletando as informações em cada unidade produtiva familiar vinculada à proposta de OCS da Aprobeco, através da aplicação de questionários em visitas técnicas. “O levantamento serve para tentar ver o grau de transição agroecológica, mas também para que os agricultores se enxerguem no processo, vendo o quanto avançaram, e identificando os gargalos”, explica.

O questionário de sete páginas relaciona informações variadas, sintetizadas em 14 indicadores: água/disponibilidade, água/irrigação, solo, saneamento básico, satisfação, sucessão familiar, barreiras verdes, relação produção orgânica x convencional, renda orgânicos x convencional, moradia, mercado, mão de obra, independência de insumos externos e conhecimento da legislação.

A sistematização gera um gráfico com escala de 0 a 100 pontos, divididos em intervalos de 25, que facilita a visualização do grau de adoção da agroecologia na unidade, identificando aspectos fortes e o que precisa melhorar.

### *Opção*

“É melhor para todo mundo”, afirma o agricultor Eloir Alves Nunes, residente no assentamento Nova Sociedade, sobre a escolha pela produção orgânica. “O que me levou a trabalhar assim é a qualidade da alimentação. Tem tanto produto com um monte de veneno por aí, é prejudicial à saúde”.

Filho de agricultores da região e assentado há nove anos, Nunes optou pelo cultivo agroecológico há dois anos. Hoje produz milho, feijão e hortaliças de maneira orgânica. Também cria, de maneira convencional, cabras, ovelhas e bovinos. Entre os pontos do questionário que podem aprimorar a produção orgânica, Nunes já percebeu que deve investir em barreiras verdes. “Nas áreas perto dos lindeiros, que usam veneno”, explica.

Já a família de Salete Fátima Rodrigues, também associada à Aprobeco, adotou cultivos orgânicos há sete anos – estão há 14 no assentamento Fortaleza. Sem veneno, produzem “tudo que é de horta”, conta a agricultora. Ela achou muito interessante que, junto com o questionário, o técnico da Emater providenciou também um caderno para cada família fazer o registro e acompanhamento de toda a produção do lote.

A escolha pelos orgânicos teve dois motivos, segundo ela. “Em primeiro lugar, a saúde, e depois, também lidamos com a feira”, revela a agricultora, referindo-se à comercialização direta realizada no centro de Piratini desde 2009.

A feira também estimula a transição agroecológica. Com a inscrição no Mapa, a produção vai ter atestado seu diferencial junto ao consumidor final. “Queremos chegar lá”, afirma Eloir Nunes. Além disto, a medida abre a possibilidade de inserção dos agricultores como fornecedores de produtos orgânicos para programas governamentais.

É esta transição que a assistência técnica, através do Mesmis, vai acompanhar e auxiliar. Hoje, a Aprobeco soma 31 famílias, das quais 17 buscam a inclusão no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Fontoura espera concluir a sistematização das informações apuradas até o final do ano. A ideia é coletar os dados novamente a cada ano, mantendo um acompanhamento da evolução de cada lote. Todo este esforço é estimulado pelos contratos de assistência técnica celebrados pelo Incra, que incluem nas metas a serem cumpridas a sistematização de experiências agroecológicas.

---

### **Governo reforça desenvolvimento territorial com recursos e pesquisa. Jalila Arabi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 20/10/2014**

Até o final de 2015, serão investidos cerca de R\$ 45 milhões para a instalação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedets), em territórios rurais e da cidadania em 25 estados brasileiros. A ação é resultado de cooperação técnica firmada entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ganhou destaque em encontro realizado, nesta segunda-feira (20), em Brasília. Os projetos serão executados por meio de ações de extensão e pesquisa universitária.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Müller, durante participação no evento, salientou a importância da iniciativa, que conta com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). “Estamos celebrando uma parceria muito importante, para impulsionar ainda mais a nossa política de desenvolvimento territorial e para estimular o desenvolvimento daquele território, junto às nossas universidades”, disse ao salientar que a inclusão feminina no projeto é uma ação inovadora que busca ampliar a atuação das mulheres nos Colegiados Territoriais.

O acordo estabelece, pelo período de dois anos, apoio institucional e operacional de universidades públicas e de institutos federais de educação tecnológica. A parceria prevê a produção de dados, difusão de tecnologias voltadas à gestão social e monitoramento de ações para efetivação de políticas públicas como estratégia de desenvolvimento territorial.

“Temos uma expansão muito forte da nossa rede de universidades e institutos federais, o que aproxima, cada vez mais, a pesquisa à extensão da agricultura familiar. Nossa expectativa é que as universidades e esses núcleos possam aportar experiência e capacidade de apoio aos nossos Colegiados dentro dos territórios”, completou o ministro ao destacar a importância da ação para o fortalecimento da agricultura familiar.

O presidente do CNPq, Glaucius Oliva, endossou a participação universidades para o desenvolvimento territorial. “As universidades têm um grande papel na transformação do nosso País. A ciência brasileira está pronta para se engajar no desenvolvimento brasileiro.”

#### *Mulheres nos territórios*

No encontro, a diretora de Políticas para Mulheres Rurais do MDA, Karla Hora, contou que a intenção é que, com os Nedets, sejam atingidos os 50% de participação das mulheres nos Colegiados Territoriais. “Teremos assessoria específica para as mulheres, para facilitar o acesso delas às políticas dentro dos territórios.”

“Essas parcerias sempre trazem resultados importantes. As mulheres, tantas vezes esquecidas, têm uma jornada muito intensa, que contempla o trabalho no campo e o doméstico, que não é computado como hora extra. Esperamos que essas ações assegurem maior equidade”, afirmou a secretária-executiva da SPM, Lourdes Bandeira.

A representante dos movimentos de mulheres do campo, Vera Lúcia Barreto, acredita que a parceria é um grande avanço para o campo, em especial para as trabalhadoras rurais. “Por muito tempo, o trabalho das mulheres foi deixado de lado. Mas agora temos mais acesso a políticas públicas, estudo e melhorias que fazem parte do crescimento do nosso País. É muito gratificante que o esforço seja reconhecido. Esperamos que esse trabalho seja contínuo e que as mulheres tenham cada vez mais voz.”

#### *Territórios da Cidadania*

O Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia.

---

### **Criada em Minas Gerais reserva sustentável para comunidades de geraizeiros – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 21/10/2014**

Foi publicado no Diário Oficial da União de 14 de outubro, decreto presidencial criando a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Nascentes Geraizeiras. A nova

unidade de conservação federal, com 38.177 hectares, irá abranger áreas dos municípios de Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo, no norte de Minas Gerais, beneficiando cerca de 500 famílias.

(MPF de Minas Gerais)

Os geraizeiros são comunidades tradicionais que exercem atividades extrativistas, de forma sustentável, em regiões de cerrado. Eles recebem esse nome porque habitam a região dos Gerais (chapadas - com seus planaltos e elevações de terreno, serras e suas encostas -, chapadões e veredas, recobertos pela vegetação do cerrado).

Há cerca de 12 anos, os geraizeiros lutavam pela criação de uma unidade de conservação que pudesse garantir sua sobrevivência e impedir a degradação ambiental do espaço onde vivem. O procedimento para a criação da RDS foi instaurado em julho de 2005 pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável pela criação e gestão das unidades de conservação federais, mas as tratativas não andaram.

Diante da ausência de medidas efetivas, no último mês de junho, os geraizeiros chegaram a iniciar uma greve de fome e sede, suspensa 36 horas depois, após compromisso assumido pela ministra do Meio Ambiente e pelo secretário geral da Presidência da República, em reunião com a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e com integrantes do movimento geraizeiro, de concluir o processo de criação da reserva, enviando a proposta à Casa Civil.

Em Belo Horizonte, foram realizadas reuniões na Cidade Administrativa, sede do governo estadual, entre o ICMBio, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC-MG) do MPF, a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social (CIMOS) do MP Estadual de Minas Gerais e órgãos estaduais para discussão acerca do modelo de unidade de conservação adequado.

Dois meses depois, em agosto, diante do agravamento das condições ambientais e de vida das comunidades, o Ministério Público Federal (MPF), em conjunto com o MP/MG, recomendou ao ICMBio a criação imediata da reserva, independentemente da conclusão ou não dos estudos fundiários acerca da área abrangida pela RDS.

Para os procuradores da República Edmundo Antônio Dias e Marcelo Malheiros Cerqueira, que subscreveram a recomendação em conjunto com o MP/MG, “a criação da reserva é uma enorme vitória do movimento geraizeiro, que há mais de 12 anos reivindica a delimitação de uma área onde possam continuar preservando o meio ambiente e exercendo suas atividades extrativistas. Várias organizações da sociedade civil e órgãos públicos coadjuvaram esforços com os verdadeiros protagonistas, os povos do Cerrado”.

A proteção aos povos tradicionais está prevista na Constituição e em tratados internacionais de que o Brasil é signatário, entre eles, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, segundo a qual, os países signatários “devem adotar as medidas necessárias para identificar os territórios tradicionalmente ocupados pelos povos e comunidades tradicionais, bem como para garantir seu acesso aos recursos naturais existentes nas terras onde vivem”.

O decreto de criação da reserva, publicado no DOU do dia 14 de outubro, elencou expressamente os motivos de sua criação: proteger as nascentes de córregos que abastecem a região; proteger e garantir a conservação das áreas de extrativismo utilizadas pelas comunidades tradicionais; garantir acesso ao território tradicional pela população geraizeira local e promover seu desenvolvimento socioambiental; incentivar a realização de estudos voltados para a conservação e o uso sustentável do Cerrado, além de promover a conservação da biodiversidade na área da reserva, uma das últimas regiões do Norte de Minas com cobertura florestal ainda preservada.

---

### **Consea pede veto a proposta que flexibiliza agrotóxicos – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 21/10/2014**

*Maria Emília defendeu com veemência que o país adote um plano para reduzir o uso de agrotóxicos, tendo em vista que o Brasil é o maior consumidor mundial.*

Na última quarta-feira (16/10), em ato de celebração ao Dia Mundial da Alimentação, em Brasília, a presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Maria Emília Pacheco, defendeu o veto ao artigo 53 do Projeto de Lei de Conversão nº25/2013.

O dispositivo do artigo concede ao Ministério da Agricultura, poderes que subjugarão as competências de órgãos como a Anvisa e o Ibama, flexibilizando normas de controle já definidas, disse ela, se referindo às leis 8.171/91 e 7.802/89 e ao decreto 5.741/06.

No jargão político, o referido artigo é conhecido como emenda frankenstein, por não ter relação com o objeto da proposta. O projeto trata de outro assunto, ou seja, a autorização para que a Conab contrate o Banco do Brasil para a gestão de armazéns agropecuários.

O discurso foi feito em ato solene na Conferência Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, ocorrido na semana passada, em Brasília. Após sua fala, a presidenta do Consea foi aplaudida de pé por cerca de 1,5 mil participantes do evento.

Maria Emília defendeu com veemência que o país adote um plano para reduzir o uso de agrotóxicos, tendo em vista que o Brasil é o maior consumidor mundial. Em lugar de nos mantermos como campeões de uso de agrotóxicos que contaminam nossos alimentos e agredem nossa saúde, defendemos com veemência uma Proposta de Plano Nacional de Redução de Uso de Agrotóxicos.

Ela reafirmou propostas do Consea já deliberadas na 4ª Conferência Nacional, realizada em novembro de 2011, em Salvador. Defendemos o banimento de agrotóxicos já proibidos em outros países, a suspensão da pulverização aérea, a eliminação de subsídios e isenção nos impostos para os agrotóxicos, destinando a arrecadação destes [impostos] ao fortalecimento dos sistemas agroecológicos, dentre outros.

Além de pedir o veto a um artigo que flexibiliza o uso de agrotóxicos, a presidenta da Consea também criticou uma proposta em tramitação no Congresso Nacional que visa a liberação de sementes suicidas. Acabamos de conseguir hoje (16/10) uma vitória parcial com a retirada de pauta da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal do

projeto de lei que autoriza a produção e comercialização de sementes transgênicas suicidas (PL 268/2007), disse.

Precisamos continuar mantendo uma grande mobilização, pois a retomada da proposta no Congresso também põe em risco a Moratória Internacional da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), da qual o Brasil é parte, afirmou.

---

**Governo Federal investe mais de R\$1 milhão para promover agroecologia em MT. Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/10/2014**

A produção agroecológica vai ganhar mais força nas propriedades rurais de Mato Grosso. O Governo Federal oficializa, nesta quinta-feira (23), às 14 horas, o repasse de R\$ 1,2 milhão para a Federação de Órgãos da Assistência Social e Educacional (Fase) pelo programa Ecoforte. A iniciativa visa apoiar organizações do estado que atuam na promoção da agroecologia e produção orgânica, com foco em agricultores familiares, extrativistas, povos e comunidades tradicionais. O contrato será assinado no município de Cáceres (MT), a 214 quilômetros da capital do estado, Cuiabá.

Com o recurso liberado pelo Governo Federal, a Fase vai promover encontros, reuniões, oficinas, intercâmbios e projetos para fortalecer o potencial produtivo da agricultura familiar em Mato Grosso. A ação busca melhorar a renda e a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, além de sensibilizar a opinião pública em favor da agroecologia para produção e consumo de alimentos.

O projeto elaborado pela Fase é uma das 18 iniciativas selecionadas, no País, por meio de edital que prevê investimento de R\$ 25 milhões subsidiados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Fundação Banco do Brasil, Fundo da Amazônia e Fundo Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

---

**Produção agroecológica no MT recebe financiamento do Ecoforte. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 23/10/2014**

*Projeto estimula a prática de manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade*

O assentamento Roseli Nunes, em Mirassol d'Oeste (MT), um ex-acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sedia, nesta quinta-feira (23/10), a assinatura de convênio entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o projeto Rede do Grupo de Intercâmbio de Agroecologia, coordenado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). O projeto faz parte do Ecoforte, programa de fortalecimento e ampliação das redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica, executado pela Fundação Banco do Brasil.

Participam da cerimônia o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Diogo de Sant'Ana, o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Paulo Guilherme Cabral, e o secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Valter Bianchini. “O projeto colabora para que essas atividades se tornem cada vez mais

efetivas e sustentáveis, melhorando a qualidade de vida das populações e garantindo a proteção ao meio ambiente”, afirma Cabral. Segundo ele, é importante destacar que as linhas de financiamento fortalecem as redes de intercâmbio em agroecologia, com estímulo especial à organização produtiva e social das mulheres no âmbito da rede.

O valor do convênio com a Fase é de R\$ 1,24 milhão, de um total de R\$ 25 milhões disponibilizados para todo o Brasil. Serão beneficiadas mil famílias de indígenas, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária e agricultores familiares. O financiamento permitirá a estruturação de 10 unidades de referência de produção orgânica, extrativista e de base agroecológica nos municípios matogrossenses de Cáceres, Porto Esperidião, Mirassol D’Oeste, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Juína, Cláudia, Lucas do Rio Verde e Poxoréu.

O edital Ecoforte–Redes já assinou convênio com entidades do Norte e Nordeste, realizando a cerimônia de assinatura, no começo de outubro, com os primeiros colocados de cada região. Nos próximos dias serão assinados acordos com Sul e Sudeste. O programa conta com a parceria dos Ministérios do Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Trabalho e Emprego, e Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Banco do Brasil S.A.

#### *SAIBA MAIS*

O nome do assentamento onde será realizada a cerimônia é uma homenagem à líder camponesa Roseli Nunes. Lá vivem mais de 330 famílias em lotes de 25 hectares. A produção agroecológica sem agrotóxicos é usada na subsistência das famílias e na merenda escolar de escolas da região, chegando à mesa de quase 7 mil alunos, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O assentamento também possui uma escola rural em que são trabalhados os conceitos da agroecologia e da “cultura da vida”, em oposição à “cultura da morte” propagada pelo uso excessivo de agrotóxicos.

---

#### **Quintais Sustentáveis beneficiam assentados gaúchos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/10/2014**

Segurança alimentar, agroecologia e participação nos mercados institucionais. Estes são os pilares do projeto Quintais Sustentáveis, fruto da parceria entre Incra e Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul (SDR), mediante verbas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Com orçamento de R\$ 15,8 milhões, a iniciativa prevê a distribuição gratuita de kits para auxiliar a inclusão produtiva e sustentável de assentados menos estruturados economicamente.

É o caso de Vanderlei Soares e Solange de Lima. Na quarta-feira (22), o casal e as três filhas receberam a primeira parte dos materiais em seu lote no assentamento Cerro da Cruz, em Santana do Livramento – município onde 203 famílias foram contempladas. A entrega foi prestigiada por cerca de 60 pessoas, entre beneficiários do projeto e autoridades; e culminou com a plantação coletiva de mudas de árvores.



Para receber as visitas, a família enfeitou o terreno ao lado da residência com a produção da horta. “A gente compra muito pouca coisa, quase só o arroz, que não dá nesse tipo de terra”, revela Soares, que também mantém pomar diversificado e pequenas criações. Porém, sua maior preocupação era estabilizar os ingressos de renda para fazer frente às demais despesas da casa. Com a chegada dos Quintais Sustentáveis, ele pretende aumentar as espécies frutíferas e canteiros, aumentando a constância produtiva para ser escoada por meio das estratégias previstas no projeto.

A expectativa é semelhante à de Otilio de Almeida, do assentamento Cerro dos Munhoz, também em Santana do Livramento. Ele conta que valoriza as culturas orgânicas há 12 anos. “É melhor para a gente, para quem come e para a saúde”. Entre seus planos, está a ampliação da horta, do pomar – que ainda não é comercial –, e a expansão da agroecologia. “Quem quiser, vai plantar orgânico”, comemora.

### *Inclusão social e produtiva*

“Os Quintais Sustentáveis nasceram da necessidade de incentivar a transição agroecológica e incremento na produção para autoconsumo e comercialização dos excedentes, especialmente, pelas vias governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)”, sintetiza o superintendente do Incra/RS, Roberto Ramos. O gestor ressalta que a ação foge da lógica assistencialista. “Não é uma doação de cesta de alimentos. É distribuição, a fundo perdido, de um kit exaustivamente discutido por técnicos para ajudar os assentados a produzir, conforme sua realidade; primeiro para si, depois para a venda”, enfatiza.

Já o assegurador de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do Instituto, Nelson Araújo, explica que o projeto direciona-se a famílias com baixa renda, especialmente àquelas sem participação em outras iniciativas como cooperativas, associações e agroindústrias. Por esse motivo, os beneficiários foram pré-selecionados a partir do cruzamento entre Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais, cadastro do Incra e Bolsa Família.

Dos 2,5 mil grupos familiares identificados, 1,9 mil inscreveram-se no primeiro ciclo de adesões. Eles assinaram um termo de compromisso assumindo a responsabilidade de adotar os preceitos agroecológicos e fornecer seus produtos aos programas de compras governamentais.

### *Kits*

A concretização do projeto Quintais Sustentáveis mobilizou R\$ 15,8 milhões, dos quais R\$ 15 milhões foram repassados ao Incra pelo MDS e R\$ 800 mil investidos pelo governo do estado a título de contrapartida.

Cada beneficiário recebe um conjunto com cinco tipos de itens no valor total aproximado de R\$ 6 mil: irrigação (aspersores, canos e afins); infraestrutura produtiva (telas, carrinho de mão, sombrite, ferramentas, entre outros); recuperação do solo (fertilizantes e calcário); mudas (frutíferas e florestais) e sementes de espécies forrageiras. As entregas ocorrem simultaneamente em vários pontos do estado, uma vez que o estado foi dividido em sete regiões de fornecimento, cada uma delas fracionada conforme os grupos de materiais.

O assessor técnico da SDR, Alan Rotta, revela que os insumos e equipamentos são suficientes para implantar cerca de um hectare de horta, ou outras culturas. "O emprego é definido pela família em conjunto com a assistência técnica", observa.

Nesse sentido, a implantação e acompanhamento são orientados por extensionistas das empresas contratadas pelo Incra/RS para prestar assistência aos assentamentos (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos/Copect, Centro de Tecnologias Alternativas Populares/Cetap e Emater/RS). A eles, cabe auxiliar a escolha das culturas, treinar os agricultores para utilizar os equipamentos, além de orientar a transição para agroecologia e a atuação nos programas de compras governamentais.

Cursos, visitas técnicas e capacitações prepararam a chegada dos kits, sendo que as orientações também estão inseridas na agenda dos profissionais para os próximos meses.

#### *Ações complementares*

Durante a entrega ocorrida no dia 22, Roberto Ramos, do Incra/RS também anunciou o início da construção ou recuperação de mais 54,9 quilômetros de estradas internas ou de acesso a assentamentos localizados em Santana do Livramento. A contratação, licitada no valor de cerca de R\$ 2,9 milhões, contempla 173 famílias nos projetos de assentamento: Santo Ângelo, Santa Rita II, Bom Será, Capivara, Cerro dos Munhoz, Rincão da Querência e Paraíso II.

Este trabalho faz parte de um planejamento maior, que contempla 388 quilômetros de estradas no município, dos quais um bloco de 66,2 quilômetros iniciou em março de 2014 abrangendo outros assentamentos.

---

### **Mais de 3,5 mil agricultores familiares vão receber orientação sobre produção agroecológica – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 23/10/2014**

Para promover a produção agroecológica e orgânica, cerca de 3,5 mil famílias de agricultores familiares nos estados do Ceará, Maranhão e Pará vão contar com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). O objetivo é cadastrar os agricultores como produtores de orgânicos e orientá-los sobre como acessar novos mercados.

Conforme previsto no Plano Safra 2014/2015, a assessoria do agente de Ater é obrigatória para elaboração e acompanhamento do Projeto Técnico de Financiamento. Por meio da assistência, agricultores familiares podem construir um projeto e requisitar linhas de crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) voltadas à agroecologia, como o Pronaf Agroecologia para investimento, o Pronaf Custeio para agroecologia e o Pronaf Produtivo Orientado. Uma vez elaborado, o projeto será encaminhado para análise de crédito e aprovação do agente financeiro.

A iniciativa de qualificar os técnicos de Ater para assessorar os agricultores familiares faz parte do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Brasil Agroecológico.

Como será em cada estado:

No Ceará, 80 técnicos de Ater já foram capacitados e outros 150 também passarão por treinamento. A expectativa é de que essas pessoas atendam 1,5 mil agricultores familiares cearenses.

No Maranhão, foram formados 40 técnicos de Ater. Cerca de duas mil famílias de agricultores familiares serão atendidas em mais de 100 municípios do estado.

No Pará, serão capacitados, primeiramente, cerca de 80 técnicos e depois mais 160. Encerradas as capacitações, os agentes de assistência técnica prestarão assessoria a cerca de mil agricultores familiares paraenses.

---

### **Assentados inauguram mais uma feira agroecológica na Zona da Mata da Paraíba – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/10/2014**

Mais uma feira agroecológica foi inaugurada, ontem (23), na Paraíba. A feira, com 15 famílias dos assentamentos Nova Vida e 21 de Abril, situados no município de Sapé, funciona na entrada do município de Sobrado que fica na Zona da Mata a 61 quilômetros de João Pessoa.

A iniciativa está sendo coordenada pela Cooperativa da Agricultura e Serviços Técnicos do Litoral da Paraíba (Coasp), contrata pelo Incra para prestar assistência a 1.040 famílias de 21 assentamentos. Segundo a coordenadora da cooperativa, Tânia Maria de Sousa, a cada feira os assentados vendem cerca de 600 quilos de alimentos.

A feira estava funcionando, em caráter experimental, há dois meses e ontem (23) foi inaugurada com a presença de vários representantes do Incra-PB, entre eles o superintendente, Cleofas Caju. Segundo ele, a iniciativa mostra que os assentamentos da reforma agrária, na Paraíba, estão se destacando na produção agroecológica.

“Já são mais de 40 feiras, com produtos sem nenhum tipo de veneno. Além de levar produtos de boa qualidade para a população, as feiras representam um reforço à renda familiar dos assentados”, disse o superintendente do Incra, Cleofas Caju.

#### *Complemento*

A assentada Maria da Penha, do assentamento Nova Vida, disse que a renda de cada feira semanal representa muito no orçamento da casa. “Com essa renda eu complemento as despesas com meus filhos”, disse a assentada.

A aposentada Maria da Penha da Silva, que mora em Sobrado, afirmou que depois que a feira chegou, deixou de comprar verduras e legumes no mercado da cidade. “Toda quinta-feira estou aqui logo cedo. Os produtos são fresquinhos e a gente consome sem nenhum medo de contaminação de veneno”, disse a aposentada.

#### *Padrão das feiras agroecológicas*

A exemplo das outras, a mais nova feira agroecológica, mantém o padrão nos produtos oferecidos à população com a comercialização de hortaliças, frutas, queijos, manteiga,

doces, ovos, galinhas, garrafadas feitas com plantas medicinais, artesanato, mel, bolos, biscoitos, pamonha, canjica, tapiocas e beiju, entre outros produtos.

---

### **Plantio de árvores nativas no Pantanal – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 27/10/2014**

Até abril de 2015, 27 mil mudas de árvores deverão ser plantadas na região da área experimental do Projeto Biomas no Pantanal, há 100 quilômetros de Corumbá, Mato Grosso do Sul.

#### *Sobre o Projeto Biomas*

O projeto Biomas, fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), é uma iniciativa inédita no Brasil e tem como objetivo identificar formas sustentáveis de viabilizar a árvore na propriedade rural brasileira considerando seus sistemas de produção. Os estudos estão sendo desenvolvidos nos seis biomas brasileiros. O Projeto Biomas tem o apoio do SEBRAE, Monsanto e John Deere.

No Pantanal, o projeto recebe apoio do Instituto Federal de Rondônia, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, UFMS, UFMT e Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.

---

### **Duas mil famílias de agricultores de SC recebem assistência com foco na sustentabilidade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/10/2014**

Duas mil famílias de agricultores familiares de 60 municípios de Santa Catarina receberão serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), com foco na sustentabilidade da produção. Eles receberão orientações sobre agricultura familiar agroecológica, orgânica e agroextrativista local, desde o cultivo até a comercialização.

Quarenta agentes de Ater serão a partir desta terça-feira (28) para atuar junto aos agricultores. O curso, que segue até sexta-feira (31), ocorre no município de Chapecó (SC). Após a formação dos profissionais, começa o atendimento em campo.

---

### **Governo vai investir R\$ 67 milhões no monitoramento da Amazônia. Lucas Tolentino e Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 29/10/2014**

#### *Acordo assinado entre MMA e MCTI garante investimento em ações de combate ao desmatamento*

A Floresta Amazônica terá as ações de monitoramento e controle do desmatamento aprimoradas por projeto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), financiado pelo Fundo Amazônia. Na tarde desta quarta-feira (29/10), a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o ministro da Ciência e Tecnologia e Inovação, Clélio Campolina, assinaram contrato de colaboração financeira não reembolsável com o

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor total de R\$ 67 milhões.

Com prazo de três anos e meio, o projeto Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia apoiará o Inpe nas atividades de controle ambiental e de estudos sobre uso e cobertura do território. Em determinadas ações, será possível compartilhar a metodologia e o uso dos dados, tecnologias e equipamentos para monitoramento ambiental em outras regiões e biomas brasileiros e em outros países tropicais.

Segundo a ministra Izabella Teixeira, esse projeto é prioridade para chegar num segundo momento. “Acabaremos com o desmatamento na Amazônia e desenvolvermos políticas específicas para aquela região com novos padrões produtivos, mantendo a floresta mas assegurando o desenvolvimento social, ambiental e econômico”, afirmou. Destacou que não se faz isso sem conhecimento científico, informação ou instituições robustas para dar respostas à sociedade local e globalmente. Para ela, é preciso evoluir na captação de mais recursos para o desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas, de forma que o Brasil tenha protagonismo na inovação tecnológica associada a satélites de monitoramento.

### *O PROJETO*

Confira as ações previstas no projeto:

- Mapeamento do uso e cobertura da terra na Amazônia Legal;
- Aprimoramento do software TerraAmazon;
- Melhoria dos serviços de recepção, distribuição e uso das imagens de sensoriamento remoto do INPE;
- Aprimoramento do monitoramento de focos de queimadas e incêndios florestais;
- Estudo das trajetórias de padrões e processos na caracterização de dinâmicas do desmatamento na Amazônia;
- Disponibilização de ferramentas de modelagem de mudanças de uso da terra;
- Melhoria dos métodos de estimativa de biomassa e de modelos de estimativa de emissões por mudança de uso da terra.

### *COMO FUNCIONA*

Conheça os quatro sistemas de monitoramento por satélite que já são realizados pelo Inpe:

Programa de Cálculo do Desmatamento da Amazônia (PRODES) – Mede taxas anuais de corte raso para os períodos de agosto do ano anterior a julho do ano corrente, considerando desmatamentos com área superior a 6,25 hectares. Considerado o maior programa de acompanhamento de florestas do mundo, acompanha mais de 4 milhões de km<sup>2</sup> na Amazônia.

Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) – Divulga quinzenalmente um mapa de alertas com áreas totalmente desmatadas (corte raso) e em processo de degradação por outras razões como queimadas naturais. O sistema detecta, com rapidez, novos desmatamentos e gera, em um curto período de tempo, dados para a fiscalização em terra.

Sistema de Mapeamento da Degradação Florestal na Amazônia Brasileira (Degrad) – Usa as imagens dos satélites para mapear anualmente áreas em processo de desmatamento, onde a cobertura florestal ainda não foi totalmente removida e, portanto, não é computada pelo sistema Prodes.

Sistema de Monitoramento da Exploração Seletiva de Madeira (Detex) – O programa, desenvolvido em conjunto com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), tem como principal finalidade gerar subsídios à fiscalização efetiva dos planos de manejo das concessões florestais e das florestas públicas em geral.

#### *SAIBA MAIS*

Criado em 2008, o Fundo Amazônia tem o objetivo de captar recursos para investimentos não reembolsáveis em iniciativas de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de conservação e uso sustentável do bioma. Entre as áreas de atuação, estão projetos como os de gestão de áreas protegidas, manejo florestal e redução de emissões de gases de efeito estufa.

---

### **Cadastro Ambiental Rural alcança 500 mil registros – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 29/10/2014**

*Meta é atingir 5 milhões de cadastros até maio de 2015*

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) alcançou no mês de outubro a marca de 500.113 registros de propriedades e posses rurais no país. O número representa cerca de 10% da meta total, que é de 5,2 milhões de cadastros até maio de 2015.

A região norte lidera o número de cadastramentos, com 174.093 registros, seguida pelas regiões centro-oeste (166.954), sudeste (71.756), sul (48.850) e nordeste (38.460). Os dados são do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Criado pela Lei 12.651/12, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais. A partir dele, é formada uma base de dados estratégica para o controle, o monitoramento e o combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.

Segundo o secretário Caio Rocha, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDC/Mapa), o CAR é um importante instrumento de planejamento para o produtor rural. “É fundamental para a preservação e monitoramento de áreas degradadas, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental”, afirma Caio.

Os produtores rurais devem ficar atentos ao prazo de inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Siscar) - sistema eletrônico que comporta todas as informações da

propriedade – que vai até o mês de maio de 2015. No momento do cadastro, o produtor identifica a localidade e as delimitações da propriedade e deve fornecer ainda imagens por satélite. Por isso, agricultores que não tiverem as informações necessárias para realizar o cadastro, devem procurar a ajuda de um técnico.

---

### **Instituto CNA firma parceria pela produção sustentável – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 29/10/2014**

O Instituto CNA (ICNA) firmou importante parceria para estimular a produção sustentável na agropecuária. A entidade assinou memorando de entendimento com a Coalizão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (C-AGG), organização sediada nos Estados Unidos que atua na defesa de técnicas de mitigação dos Gases de Efeito Estufa (GEE).

Com a parceria, será possível trocar informações e experiências, além de elaborar projetos que possam contribuir com a redução da emissão destes gases. Entre as técnicas destacadas estão aquelas previstas no Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), do governo federal, como o plantio direto, a integração lavoura-pecuária-floresta, e a recuperação de pastagens.

O memorando irá possibilitar a colaboração mútua para a difusão de ferramentas e técnicas para mensurar e monitorar a mitigação de GEE, bem como o potencial de sequestro de carbono em propriedades rurais no País. Outro tópico do memorando prevê a identificação de pesquisas e dados sobre a emissão de GEE decorrentes da agropecuária e do setor florestal.

A iniciativa ajudará, ainda, na adaptação de metodologias e na busca de financiamentos para a adoção de práticas de mitigação, bem como a comercialização de créditos de carbono para quem obtiver bons índices de redução de GEE. Pelo acordo, um dos instrumentos de monitoramento do potencial de mitigação de GEE das propriedades rurais será o Agrosustenta, portal criado pelo Instituto CNA para estimular a produção sustentável e a elaboração de projetos, levando em conta os benefícios econômicos, sociais e ambientais.

C-AGG – Antes da assinatura do memorando, uma comitiva de técnicos da C-AGG esteve no Instituto CNA, nesta terça-feira (28/10), para conhecer o trabalho desenvolvido pelo ICNA. A coalizão é liderada por especialistas de renome internacional, e engloba produtores rurais, associações de produtores, ONGs ambientalistas, desenvolvedores do mercado de carbono, especialistas em metodologia, investidores e outros defensores da mitigação de GEE no setor agrícola.

---

### **Desenvolvimento territorial e autonomia feminina são temas de encontro em Minas – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 30/10/2014**

Pesquisadores e integrantes de movimentos sociais de várias partes do País se reuniram nessa quarta-feira (29), em Caxambu, Minas Gerais, para discutir a autonomia das mulheres rurais e a implantação e gestão da política no âmbito dos Territórios da

Cidadania. A Sessão Especial “Territórios da Cidadania: desenvolvimento, gênero e participação social” ocorreu durante o 38º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs).

A atividade foi promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR).

Fátima Brandalise, coordenadora do NEAD, abriu o evento destacando a importância do fortalecimento dos laços entre o MDA e as instituições de ensino e pesquisa. “A academia produz o pensamento crítico sobre as políticas públicas que nos permite qualificar programas e colaborar na promoção do desenvolvimento rural sustentável”, apontou.

#### Participação social nos territórios

O estudo “Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil” foi apresentada por um dos autores da publicação: Osvaldo Heller da Silva, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O trabalho discute, entre outras questões, a configuração do Colegiado Territorial como instância de governança e poder e as condições nas quais o Programa Territórios da Cidadania (PTC) constitui-se como mecanismo de gestão territorial com efetiva participação social.

Silva apresentou a metodologia e explicou alguns aspectos da pesquisa. “O fio condutor foi perceber o que significa a participação social nos territórios, ou seja, como são produzidas as demandas prioritárias e como os próprios atores percebem os resultados da ação pública. E, a partir disso, ‘se’ e ‘como’ os programas de desenvolvimento territorial produzem inovações”, destacou.

Para Marcelo Fragoso, assessor da SDT, os resultados da pesquisa contribuem para o aprimoramento da gestão governamental: “Na retomada do PTC, podemos contar com mais subsídios para traçar melhores estratégias no processo de acompanhamento e gestão social dos atores dos territórios da cidadania”.

#### *Mobilização feminista*

A experiência que gerou a publicação “Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania” foi apresentada por Nalu Faria, que é integrante da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e da Marcha Mundial de Mulheres. A partir de um diagnóstico da situação das mulheres rurais, a SOF e o Centro Feminista 8 de Março (CF8), em parceria com o MDA, organizaram um processo de mobilização que envolveu 47 mil pessoas e 411 atividades de formação, de 2009 a 2011. “Atuamos com equipes integradas para estimular e reforçar a participação de mulheres assentadas, ribeirinhas e quilombolas nas políticas públicas”, explicou.

“Parcerias como esta ação de mobilização e pesquisa nos desafiam a repensar a forma de fazer política pública, além de aproximar governo, academia e sociedade civil, para



que possamos qualificar projetos e programas e torná-los mais efetivos”, enfatizou Karla Hora, diretora da DPMR/MDA.

No evento, houve também espaço para perguntas e debate com o público e para a distribuição das publicações que resultaram dos trabalhos apresentados. Os livros estarão disponíveis em breve para download no Portal NEAD.

---

### **Instituições públicas recebem selos de sustentabilidade do MMA. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 30/10/2014**

*No total, 129 órgãos foram reconhecidos por boas práticas de gestão*

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), concedeu os primeiros selos de sustentabilidade a 129 órgãos públicos. Dividida em três categorias - Verde, Prata e Laranja - a iniciativa reconhece práticas de gestão sustentáveis. A certificação institucional foi lançada este ano em comemoração aos 15 anos do programa.

Os selos são concedidos às instituições parceiras da A3P de todos os níveis: federal, estadual e municipal. A coordenadora da A3P, Ana Carla Almeida, explica que o MMA avalia a instituição como um todo e não apenas uma ação. “Estamos certificando as instituições que assumiram voluntariamente compromissos com a sustentabilidade”, reforça. As instituições que conquistaram os selos possuem o reconhecimento e a autorização para o uso da logomarca do selo recebido. Foi enviada, a cada órgão, a logomarca do selo correspondente e um diploma de outorga.

O programa A3P visa estimular a reflexão sobre a responsabilidade socioambiental e a mudança de atitude no ambiente de trabalho. É dividido em cinco eixos temáticos: gestão de resíduos, licitação sustentável, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação dos servidores e uso racional de recursos.

#### **CATEGORIAS**

Na categoria Verde, foram enviados os selos a 111 instituições que possuem adesão formal ao programa A3P. Essa adesão é feita por meio da assinatura de um termo que representa o compromisso firmando entre o MMA e órgão público que queira adotar o modelo de gestão do programa. Ao assinar o termo de adesão, a instituição apresenta um plano de trabalho que contém as especificações das ações propostas, os prazos de cumprimento das metas e a forma de avaliação. A adesão tem duração de cinco anos.

As oito instituições que receberam o selo Prata foram certificadas por entregarem o relatório anual de monitoramento das ações previstas no plano de trabalho, demonstrando, assim, o empenho em cumprir as metas. Já os dez órgãos que receberam o selo Laranja tiveram suas ações destacadas pelo 5º Prêmio A3P, cuja finalidade é reconhecer o mérito das iniciativas dos órgãos e instituições do setor público na promoção e na prática da A3P, premiando os que mais se destacaram.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**

Diva de Faria



**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa